

Comunidade: construir a humanidade juntos

Yayo Herrero

Vamos agora iniciar a nossa mesa-redonda, na qual iremos explorar, debater e refletir sobre a ideia de comunidade.

Acredito que se trata de um conceito extraordinariamente complexo nos dias de hoje.

Estamos a atravessar um período que gosto de descrever como um momento em que a economia, a política e a cultura globais travam uma espécie de guerra contra a própria vida.

Estamos perante uma profunda crise ecológica, social e política que, do nosso ponto de vista, assenta frequentemente numa conceção do ser humano muito distante daquilo que realmente somos.

Enquanto seres humanos, fazemos parte de um planeta vivo. As plantas, os animais, o ar, o solo e a água interagem entre si, criando conjuntamente as condições que tornam a vida possível.

Somos também seres vulneráveis, incapazes de viver isoladamente. A vida humana é, por natureza, interdependente. Não podemos realizar-nos plenamente sozinhos.

Neste sentido, a vida humana é fundamentalmente comunitária.

Para nos ajudar a refletir sobre o significado de comunidade, temos hoje connosco duas pessoas cujas perspetivas considero essenciais. Vêm de contextos diferentes, mas as suas abordagens são profundamente complementares.

Temos, em primeiro lugar, Eliane Brum, jornalista, escritora e documentarista de enorme reconhecimento internacional. O seu jornalismo de investigação é, na minha opinião, profundamente educativo.

É cofundadora da Sumaúma, uma plataforma que considero essencial acompanhar, e autora de uma obra extraordinária dedicada à Amazónia. É um privilégio tê-la connosco.

Ao seu lado temos Souleymane Bachir Diagne, filósofo e professor universitário, diretor do Instituto de Estudos Africanos da Universidade Columbia, em Nova Iorque, e especialista internacionalmente reconhecido em estudos pós-coloniais.

O que particularmente valorizo no seu trabalho é a forma como articula diferentes disciplinas para oferecer uma compreensão muito mais complexa e abrangente do mundo em que vivemos e da forma como podemos existir nele.

Gostaria de começar por colocar a ambos a mesma pergunta:

A partir das vossas experiências e dos vossos percursos, o que é uma comunidade? E com que conflitos se confrontam hoje as comunidades?

Eliane Brum

Boa tarde.

É um grande prazer estar aqui.

Gostaria de manifestar todo o meu apoio a todas as pessoas que lutam contra a degradação da educação pública, dentro e fora das instituições, na esperança de podermos construir pontes.

Venho da floresta amazônica, que é o lugar que escolhi como casa.

E, antes de pensarmos no que é uma cidade ou uma comunidade, gostaria de falar de uma floresta — ou de qualquer bioma, de qualquer espaço natural que ainda seja capaz de resistir — num mundo que trava uma guerra contra a natureza há mais de quinhentos anos.

Quando a maioria das pessoas não indígenas ouve as palavras «floresta» ou «Amazônia», penso que imagina um lugar cheio de árvores e animais.

Mas isso não é uma floresta. É um jardim zoológico.

Uma floresta, tal como qualquer outro bioma, é uma relação. É uma relação entre tudo e tudo o resto: uma relação de transformação, troca, generosidade, cooperação e interdependência.

Quando desaparece a possibilidade da relação, desaparece a floresta.

Quando desaparece a possibilidade da relação, desaparece a vida.

E as nossas cidades? As cidades onde nascemos e vivemos, apesar de todas as suas diferenças?

As nossas cidades tornaram-se espaços onde as relações são destruídas e, com elas, a própria vida.

Para compreender esta dinâmica mortífera, temos de olhar para a forma como as nossas cidades trataram o outro.

Aquilo a que chamamos periferias é o lugar onde vivem milhões de outros seres humanos como nós, mas que têm menos direitos sobre a cidade e um acesso mais limitado aos direitos de que usufruem aqueles que são reconhecidos como cidadãos de pleno direito.

Esta desigualdade é moldada pelo racismo, pelo género, pela classe social e pela deficiência.

Nas nossas cidades, a maioria das pessoas tem menos poder para decidir que tipo de cidade quer construir e menos direitos enquanto cidadãos.

E, no entanto, é precisamente nestas periferias que surgiram tecnologias de resistência, assim como as comunidades que tornam a vida possível.

Na realidade, o verdadeiro centro da cidade já está nas periferias, porque são elas que sustentam e fazem funcionar as nossas cidades de tantas maneiras.

Mas esta centralidade real é ignorada e deslocada para que o poder possa continuar concentrado nas mãos de uma minoria.

Sem políticas públicas que reconheçam esta realidade e sem mecanismos eficazes que permitam a estas pessoas participar na tomada de decisões, continuaremos a reproduzir as desigualdades e a impedir qualquer verdadeira possibilidade de construir comunidade.

Porque, para que uma comunidade exista, o poder tem de ser partilhado com aqueles que foram historicamente excluídos dele: no Brasil, as pessoas negras; nos Estados Unidos, as pessoas negras; na Europa, os migrantes, os refugiados e muitos outros grupos.

Sem partilha do poder, não existe comunidade.

Isto significa que aqueles que detêm hoje o poder têm de compreender que terão de abdicar de uma parte dele.

Tudo o resto são apenas palavras vazias.

Mas gostaria também de colocar hoje outra questão: que lugar damos às outras espécies?

Esta é uma questão fundamental quando falamos de cidades e de comunidade e, no entanto, é tantas vezes ignorada.

As nossas cidades expulsaram quase todas as outras formas de vida que não são humanas.

Apropriamo-nos de vastas áreas do planeta e expulsámos inúmeras outras formas de vida.

Os únicos seres não humanos que tendemos a acolher são os gatos e os cães: animais que são bem tratados e muitas vezes profundamente amados, mas também domesticados e transformados em seres que respondem às nossas necessidades emocionais.

Os ratos, os mosquitos, muitas aves e outros animais são considerados invasores incómodos que devem ser eliminados.

Nos supermercados, encontramos animais transformados em mercadorias, despojados da sua individualidade depois de um longo processo de violência que os reduz a «proteína animal».

Temos também plantas escravizadas em monoculturas, seres vivos reduzidos a simples produtos.

Debaixo dos nossos pés, os rios são frequentemente enterrados sob o betão.

As nossas estradas atravessam as montanhas, perfurando-as e devastando corpos vivos.

Esta experiência violenta da cidade é-nos frequentemente apresentada como se fosse universal. Mas não é.

Assenta num erro deliberado que está no centro do capitalismo: a separação entre os seres humanos e a natureza.

Esta separação permite-nos considerar a natureza como algo exterior a nós, em vez de a entendermos como parte daquilo que somos.

A natureza transforma-se num corpo-mercadoria, num objeto disponível para a exploração, a destruição e a extração de quantidades cada vez maiores de recursos.

Esta separação arbitrária entre a humanidade e a natureza conduziu-nos ao colapso climático e da biodiversidade, ao aquecimento global, aos fenómenos meteorológicos extremos e, em última análise, à possibilidade muito real da nossa extinção.

Ao longo dos últimos séculos, as nossas cidades foram construídas e desenvolvidas segundo esta lógica de separação da natureza — uma natureza concebida como algo diferente, que deveria ser domesticado, controlado ou até eliminado.

É por isso que as nossas cidades se tornaram lugares onde qualquer relação com o planeta vivo é afastada ou considerada subversiva, ou mesmo perigosa.

A lógica do capitalismo consiste precisamente em eliminar as relações e, ao fazê-lo, impedir a construção de verdadeiras comunidades. As verdadeiras comunidades são muito diferentes de simples associações de consumidores.

Para construir verdadeiras comunidades, temos de nos compreender como seres interdependentes. Temos de nos abrir ao outro — tanto aos outros seres humanos como às outras formas de vida.

Também temos de nos compreender a nós próprios como relações.

Se a natureza, a floresta e a própria vida são definidas pelas relações, o mesmo acontece connosco.

Embora muitas vezes nos esqueçamos disso, não somos indivíduos isolados.

Não somos simplesmente corpos que contêm bactérias.

Nós também somos bactérias.

E esta ideia muda completamente a nossa perspetiva.

A natureza torna-se um «outro» porque esta forma de pensar destrói a própria ideia de indivíduo sobre a qual o capitalismo se constrói.

Esta ficção do indivíduo autossuficiente conduziu-nos progressivamente à impossibilidade de construir comunidade.

Mas quero recordar-vos que esta é apenas uma das experiências possíveis daquilo que uma cidade pode ser.

Outros povos desenvolveram formas de vida muito diferentes.

Pesquisas arqueológicas recentes realizadas na Amazónia demonstraram que, antes da invasão europeia das Américas, existiam cidades no coração da floresta tropical com populações superiores a um milhão de pessoas.

Estas cidades não destruíam a floresta porque elas próprias faziam parte da floresta.

Eram cidades profundamente enraizadas na natureza e nas relações que a natureza cria.

Os antepassados dos atuais povos indígenas da Amazónia vivem neste território há pelo menos treze mil anos. Transformaram a floresta através das suas relações com todos os outros seres vivos.

Para tornar estes lugares mais fáceis de compreender, os arqueólogos chamaram-lhes «cidades-jardim».

Os cientistas que estudam a formação das paisagens defendem mesmo que uma parte significativa da atual floresta amazónica foi plantada e moldada por estes povos.

Em ambos os casos, estamos a falar de um processo baseado nas relações.

Tudo foi construído através das relações.

Foi com a chegada dos europeus e, posteriormente, das elites locais que adotaram a mesma lógica de dominação, que este processo começou a ser destruído.

Esta forma de compreender o mundo já levou algumas regiões da Amazónia para além do ponto de não retorno e poderá, em última análise, fazer com que toda a floresta amazónica deixe de ser uma floresta nos próximos anos.

Isso tornaria praticamente impossível controlar o aquecimento global.

Por isso, quando ouço a expressão «Cidades Educadoras», a primeira coisa que me vem à cabeça é a necessidade de **desaprender**.

Temos de desaprender esta educação destrutiva que nos ensinou a considerar-nos separados da natureza.

Temos de desaprender uma existência mediada pelo consumo e reconstruir relações de interdependência entre todos os seres vivos.

As nossas cidades têm de ser radicalmente reinventadas se quiserem ter alguma possibilidade de se tornarem verdadeiras comunidades.

Têm de se abrir a todas as formas de vida, e não apenas aos outros seres humanos.

Isso significa transformar profundamente a nossa forma de nos alimentarmos, de habitar as nossas cidades, de nos vestirmos e, acima de tudo, a nossa forma de compreender quem somos e quem é o outro.

Se continuarmos a pensar em termos binários, separando a humanidade da natureza e colocando-nos no centro de tudo, então qualquer ação que empreendamos será pouco mais do que uma ilusão.

Para transformar as nossas cidades e construir comunidade, temos de romper definitivamente com esta falsa separação e voltar a compreender-nos como parte da natureza — como seres constituídos pelas relações.

Alguns de vocês talvez estejam a pensar que aquilo que estou a dizer é irrealista, ou mesmo excessivamente radical.

Mas venho de uma das linhas da frente da guerra contra a natureza e posso assegurar-vos que o verdadeiro risco de extinção é precisamente a consequência desta forma de pensar.

Os nossos filhos, os nossos netos e as gerações futuras só terão uma oportunidade de viver num planeta menos hostil se mudarmos radicalmente a forma como nos compreendemos a nós próprios e como compreendemos os outros.

A nossa geração, imperfeita como todas as que a precederam, enfrenta provavelmente a tarefa mais difícil de toda a história da humanidade: deter aqueles que estão a devorar o mundo.

Deter figuras como Donald Trump, Benjamin Netanyahu e tantos outros.

Deter também os acionistas das grandes empresas de combustíveis fósseis, do setor mineiro, da indústria da carne e da soja.

A nossa tarefa é reconstruir a nossa relação com a vida, compreender que também nós somos natureza e que só existimos em relação com todos os outros seres que partilham este planeta.

Em todo o mundo, as pessoas já estão a lutar por isso — por exemplo, trazendo de novo à superfície rios enterrados ou removendo barragens.

Não é que tenhamos outra opção.

Não temos.

Ou mudamos radicalmente, ou condenamos os nossos filhos e os filhos de todos os outros à morte.

Reconstruir a teia da vida com todos os seres vivos não é ingenuidade.

É um ato de lucidez.

Muito obrigada.

Souleymane Bachir Diagne

É uma honra e um grande prazer partilhar estas reflexões convosco neste painel.

Permitam-me começar por responder diretamente à pergunta que colocaram sobre o que é uma comunidade e, depois, desenvolver essa resposta.

Se tivesse de a resumir numa única frase, diria isto:

Uma comunidade é o movimento através do qual construímos a humanidade juntos.

E espero que aquilo que vou dizer explique o que quero dizer com isto.

Em primeiro lugar, sabemos que a questão da comunidade no mundo em que vivemos hoje pode parecer quase paradoxal.

Vivemos num mundo em que a comunidade parece ter perdido grande parte do seu significado. Um mundo caracterizado pela fragmentação, pelas políticas identitárias e pelo etnonacionalismo.

Somos, portanto, confrontados não apenas com identidades que nos dividem e nos impedem de nos tornarmos uma comunidade, mas também com a sua expressão mais violenta: a guerra, com todas as suas atrocidades.

Hoje perguntamo-nos se a própria ideia de guerra justa, ou mesmo a noção de um direito que regule a guerra, ainda faz algum sentido.

O mundo em que vivemos parece, assim, transformar a ideia de comunidade numa espécie de utopia.

E, no entanto.

O que é este mundo fragmentado?

Não é simplesmente um estado de coisas que observamos.

Temos de reconhecer que existem forças de fragmentação que estão ativamente em ação.

A razão pela qual o mundo em que vivemos hoje dificilmente merece ser chamado de mundo é que, para termos um mundo, precisamos de um sentido de pertença ao mundo.

Precisamos de compreender o que significa construir a humanidade juntos.

Temos, portanto, de ser capazes de identificar estas forças de fragmentação e, em particular, a filosofia que está por detrás delas.

Venho do Senegal — sou senegalês de origem — e sou hoje também americano, vivendo nos Estados Unidos, como referiram.

E observo que o mundo em que vivo, particularmente os Estados Unidos de hoje, está a produzir uma série de publicações bastante estranhas.

Essas publicações procuram pôr em causa a própria ideia de empatia.

Vivemos num mundo em que psicólogos evolucionistas, como se autodefinem, escreveram livros contra a empatia, partindo de uma ideia que, à primeira vista, pode parecer razoável.

O argumento é que, quando sinto empatia, posso ficar dominado por uma emoção tão intensa, por um desejo tão poderoso de me colocar no lugar do outro, que posso acabar por perder a capacidade de analisar racionalmente as coisas e de tomar decisões de forma verdadeiramente analítica.

O que também está a acontecer é que determinadas forças políticas — sobretudo as forças de direita e de extrema-direita — se apropriaram desta oposição a um conceito que, no entanto, nos parece profundamente humano: a empatia, a compaixão, a solidariedade e a fraternidade.

Apresentam estas qualidades como fraquezas.

Vimos um bilionário, provavelmente a pessoa mais rica do mundo atualmente, afirmar que a empatia era a maior fraqueza da civilização ocidental.

Isto também faz parte daquilo que enfrentamos no nosso mundo fragmentado.

A questão é saber como nos podemos opor a isto.

Não podemos simplesmente aceitar esta fragmentação, da qual o capitalismo se sente perfeitamente confortável desde que os fluxos financeiros continuem a circular. No domínio cultural, entretanto, podemos acabar completamente dispersos.

E, no entanto, aquilo que nos abre uns aos outros — aquilo que impede que as nossas culturas e civilizações se fechem sobre si próprias — é precisamente o que está a ser atacado.

Como também foi referido pelos participantes do painel anterior, assistimos a uma tendência crescente para o isolamento.

A ideia que se procura promover é a de que as culturas humanas são ilhas, fundamentalmente incomparáveis, de que somos inevitavelmente tribos e nações diferentes e de que essas diferenças nos separam.

O ataque à empatia obedece, portanto, a uma lógica clara.

É a lógica do separatismo.

E é também a lógica do supremacismo.

É este o tipo de fragmentação que o nosso mundo vive hoje.

Como referiram anteriormente, trata-se de eliminar as relações.

As forças que nos atacam são forças que procuram eliminar as relações — eliminar as formas como as culturas podem, pelo contrário, abrir-se umas às outras, de acordo com aquela antiga ideia humanista segundo a qual, enquanto uma cultura for humana, ela não pode verdadeiramente ser estrangeira.

Fabricamos a diferença.

Fabricamos a alteridade.

E as sociedades funcionam desta forma porque determinadas forças obtêm dela um verdadeiro benefício político.

Então, que resposta podemos dar, regressando à vossa pergunta sobre o que significa construir comunidade?

Temos de identificar aquilo que se opõe a esta posição, a esta verdadeira guerra cultural travada pelas forças da direita e da extrema-direita, particularmente contra as próprias ideias de empatia e fraternidade.

Devemos responder-lhe com fraternidade.

E devemos construir uma ideia de que o nosso mundo precisa desesperadamente: para além das nossas divisões e das nossas diferenças culturais — sim, somos nações diferentes, culturas diferentes, falamos línguas diferentes — existe algo que transcende essas diferenças.

Esse algo é a nossa humanidade comum e uma nova conceção da universalidade que devemos construir juntos.

Sei, naturalmente, que o conceito de universal tem má reputação.

Hoje, sempre que ouvimos a palavra «universal», tendemos a pensar que o universal é necessariamente colonial, que é necessariamente imperial — que foi precisamente em nome do universal que o colonialismo aconteceu, quando a Europa se declarou portadora natural da universalidade e, por isso, reivindicou uma missão de a levar ao resto do mundo.

Sabemos que a descolonização se construiu precisamente contra esta conceção imperial e colonial do universal.

E, como referiram, o meu trabalho insere-se naquilo a que hoje chamamos estudos pós-coloniais.

Mas sempre desconfiei daquilo que em francês exprimimos através da imagem de «deitar fora o bebé com a água do banho».

Por outras palavras, não devemos abandonar a própria ideia de universal simplesmente porque ela foi reivindicada por um universalismo europeu imperial e dominador.

Acredito que aquilo que hoje é inaceitável, e que chegou agora ao seu fim, é o **universalismo vertical**.

A ideia de que uma região do mundo, um conjunto de culturas, uma civilização — para usar uma palavra que se tornou popular — pode apresentar-se como um farol para o mundo, colocando todos os outros na sua periferia e posicionando-se naturalmente no centro.

É este universalismo vertical que está a chegar ao fim através dos processos de descolonização, tanto política como epistemológica.

Em vez disso, precisamos da ideia de que diferentes culturas, igualmente válidas, situadas lado a lado no mesmo plano, podem reunir-se e, por assim dizer, construir conjuntamente um universal para o nosso tempo.

Um universal que já não seja vertical, mas aquilo a que chamo, seguindo o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, um **universal lateral**, ou um **universal horizontal**.

Pensar juntos.

Mas esta é uma tarefa difícil.

Este universal não é um objeto que possa simplesmente ser exposto.

É uma prática que temos de realizar juntos.

A ideia de que precisamos de uma prática de universalização está no centro do meu último livro, que é provavelmente uma das razões pelas quais fui convidado para estar aqui. Dei-lhe o título francês *Universaliser*, insistindo deliberadamente no verbo «universalizar», em vez de transformar «universal» num substantivo.

Porque o universal é uma prática.

E é uma prática comum.

Imaginem um mundo em que fazemos da universalidade um projeto político.

Imaginem que fazemos da fraternidade um projeto político.

Poderíamos então opor-nos a estas forças de fragmentação, a estas forças identitárias que existem tanto no Norte global como no Sul global.

Deste ponto de vista, o populismo é, infelizmente, um dos fenómenos mais amplamente partilhados no mundo atual.

Encontramos populismo no Norte — baseado na desumanização do outro, na denúncia e rejeição dos estrangeiros, na estigmatização dos migrantes.

Mas encontramos também este tipo de populismo no Sul, onde movimentos xenófobos e forças populistas estão cada vez mais a tomar as sociedades como reféns.

Perante estes populismos, temos de fazer da fraternidade um projeto político.

O mundo que descrevi, a fragmentação de que falei, mostra-nos que vivemos num mundo de apartheid generalizado.

Estamos confinados às nossas diferentes culturas e estas forças procuram aprisionar-nos nas nossas diferentes identidades.

Isto faz lembrar a África do Sul durante o apartheid, quando a política oficial afirmava que as culturas humanas não podiam nem deviam misturar-se; que cada uma deveria permanecer no seu próprio espaço e desenvolver-se de forma independente, sem se encontrar com as outras.

É este o apartheid generalizado que vivemos hoje.

E a resposta deve ser a mesma que Nelson Mandela e Desmond Tutu deram ao regime do apartheid.

Está contida nessa magnífica palavra das línguas bantu: **Ubuntu**.

Ubuntu foi recuperado por Desmond Tutu e Nelson Mandela no seu esforço para construir, sobre as ruínas do apartheid, uma nação arco-íris.

Eu traduzo Ubuntu como **construir a humanidade juntos**.

O profundo significado filosófico deste conceito, enraizado no humanismo das línguas bantu, contém duas ideias fundamentais.

A primeira é que ser humano é uma tarefa e uma responsabilidade.

Ser humano, ser uma pessoa, não é um estado acabado.

É um convite a tornarmo-nos aquilo que devemos ser.

Temos sempre a responsabilidade de realizar a nossa humanidade.

E a segunda ideia é que esta realização da nossa humanidade só pode acontecer através da reciprocidade e da relação.

Não pode acontecer no isolamento individual.

Não se trata da realização de si próprio no sentido da célebre fórmula de Descartes: «Penso, logo existo.»

A ideia é que recebo a minha humanidade da humanidade dos outros, através da minha relação com eles.

É precisamente isso que este conceito contém.

E é por isso que penso que a melhor resposta à vossa pergunta sobre a comunidade é a seguinte:

A comunidade é o movimento através do qual construímos a humanidade juntos — através do qual realizamos a nossa humanidade por meio da relação, da reciprocidade e da hospitalidade.

Obrigado.

Yayo Herrero

Devido às limitações relacionadas com a gestão do tempo, que é sempre um exercício complicado, tivemos de reduzir esta mesa-redonda a vinte minutos. Inicialmente, estava previsto que durasse cerca de meia hora.

Optei por não cortar as intervenções que tinha pedido aos participantes para desenvolverem mais longamente. Fiz isso porque, como puderam ouvir, ambos apresentam perspetivas que raramente são ouvidas — pontos de vista e vozes que nem sempre estão suficientemente presentes — e pareceu-me que mereciam o tempo necessário para os desenvolver.

Restam-nos agora apenas cinco ou seis minutos, por isso vou dar três minutos a cada um de vocês para concluir.

Eliane, falou de uma conceção de comunidade que inclui os seres humanos e vai para além da própria humanidade, estendendo a ideia de comunidade ao planeta vivo.

Para este Congresso das Cidades Educadoras, onde haverá tantos espaços e oportunidades de encontro, gostaria de lhe pedir uma ou duas ideias-chave que considere particularmente importantes neste momento.

Já temos uma ideia da sua contribuição, mas poderia resumi-la?

E gostaria também de lhe perguntar sobre algo que mencionou no seu trabalho: esta outra conceção do universal.

Também falou do impulso vital em relação à África.

E falou do Ubuntu.

É a mesma ideia?

Poderia deixar-nos uma ou duas ideias que possam abrir debates e novas perspetivas nos workshops e no trabalho das Cidades Educadoras e contribuir, assim, para fazer avançar o trabalho da associação?

Eliane Brum

Vou concentrar-me numa ou duas ideias.

Vou simplesmente mencionar ideias que poderiam ser desenvolvidas individualmente.

Defendemos um **recentramento do mundo**.

A ideia é que os verdadeiros centros legítimos do mundo são os lugares onde a natureza ainda resiste — e não os centros políticos e económicos onde a natureza é destruída, incluindo nós próprios.

Os centros legítimos do mundo são os oceanos, a Amazónia, as outras florestas tropicais, todos os biomas que tornam a nossa vida possível.

Não Washington, Madrid, Pequim, Londres e assim por diante.

Numa cidade, os verdadeiros centros legítimos são as periferias — as comunidades de resistência onde a maioria cria tecnologias de resistência e soluções para viver — e não os bairros ricos onde vive uma minoria.

Este recentramento do mundo é a forma como temos trabalhado para construir comunidade.

Não acreditamos que seja possível construir comunidade sem este recentramento.

Mas há outra coisa que precisamos de aprender:

Precisamos de aprender a perder.

Não é possível construir comunidade se não aprendermos a perder.

Para construir comunidade, temos de estar dispostos a abdicar dos nossos privilégios.

E isso é muito difícil.

Toda a gente quer construir comunidade, mas ninguém quer perder.

Temos de estar dispostos a perder.

Também precisamos de saber quem são os nossos inimigos, porque já não podemos continuar a lutar no mesmo terreno.

Estamos a perder esta guerra.

E estamos a perdê-la de forma significativa.

Por isso, não podemos continuar a perder no mesmo terreno.

No tempo limitado de que dispomos, não basta simplesmente fazer aquilo que já sabemos fazer.

Também temos de fazer aquilo que não sabemos fazer.

Temos de criar coisas que ainda não existem.

E temos de nos lembrar de que todos sentem que estão a fazer demasiado pouco, que podem fazer demasiado pouco.

Mas fazer pouco não é o mesmo que não fazer nada.

Não podemos não fazer nada.

Temos de fazer tudo o que pudermos, mesmo que seja pouco.

E temos de continuar a lutar, mesmo quando sabemos que podemos perder.

Porque não lutamos para ganhar.

Lutamos para viver.

Muito obrigada.

Souleymane Bachir Diagne

Como temos muito pouco tempo, vou concentrar-me apenas na educação.

Somos educadores.

E gostaria de refletir sobre aquilo que podemos fazer, enquanto educadores, para contribuir para este primeiro universal: a própria humanidade.

Tive de passar do francês para o inglês para isso.

Gostaria de poder falar espanhol.

Há poucos dias foi Pentecostes, mas o milagre não aconteceu.

O Espírito Santo não acrescentou o espanhol às línguas que falo.

Mas aquilo que fazemos enquanto educadores é extremamente importante para a forma como as pessoas compreendem este primeiro universal que é a humanidade.

Ensinamos diferentes línguas.

Podem ser línguas humanas ou as linguagens da ciência.

É, fundamentalmente, isso que fazemos enquanto educadores.

Ensinar línguas significa ultrapassar, se assim podemos dizer, a fragmentação entre tribos e nações, para construir e transmitir uma consciência da nossa humanidade partilhada.

Porque, quando somos bilingues ou multilingues, quando falamos outra língua, não estamos simplesmente a acrescentar uma competência ao nosso currículo.

Estamos a experimentar o **descentramento**.

Estamos a aprender a ouvir-nos a nós próprios e a ouvir a nossa própria língua a partir da perspetiva de outra língua.

Na realidade, uma das melhores formas de ouvir a nossa própria língua é ouvir outra língua.

É nesse momento que percebemos até que ponto a nossa língua particular é verdadeiramente nossa.

Esta experiência de descentramento significa sair de nós próprios para encontrar o outro na sua diferença — e, através desse encontro, compreender mais profundamente a nossa própria identidade.

Por outras palavras, **educar para a humanidade é educar para o descentramento e para o encontro**.

É o encontro de que Philippe Meirieu falou na mesa-redonda anterior.

E isto é extremamente importante porque nos ensina algo fundamental.

Gostaria de terminar com uma frase do pensador Léopold Sédar Senghor.

O que ela nos ensina é que, naturalmente, devemos ter orgulho em sermos diferentes. Devemos ter orgulho nas nossas diferenças.

Mas esse orgulho nas nossas diferenças nunca deveria fazer-nos esquecer a felicidade de estarmos juntos.

E a nossa tarefa, a nossa responsabilidade enquanto educadores, é precisamente educar para a humanidade no singular — e, na maior parte das vezes, através da humanidade no plural que ensinamos.

Muito obrigado.

Yayo Herrero

Vamos encerrar esta mesa-redonda com uma conceção de comunidade que, pelo menos para mim, é muito mais complexa do que aquela com que habitualmente trabalhamos.

Uma comunidade que inclui o resto do mundo vivo.

Uma comunidade entre os seres humanos, assente na consciência da nossa interdependência e da impossibilidade de viver isoladamente.

Levo também comigo a ideia de que não devemos lutar para ganhar.

Lutamos para preservar a vida.

E é por isso que devemos continuar a lutar, mesmo quando pensamos que podemos perder.

Levo também esta última ideia da tradução — a possibilidade que surge quando trabalhamos entre diferentes línguas e reconhecemos as nossas diferenças, de procurar aquilo que nos une enquanto seres humanos.

E, sobretudo, levo uma ideia:

Construir comunidade numa época em que a própria vida está sob ataque não é uma tarefa fácil.

Esta epidemia de conflitos é profundamente contraditória.

E penso que ontem, durante a cerimónia de abertura, tivemos uma experiência poderosa do que significa construir comunidade em contextos que, à primeira vista, podem parecer totalmente opostos, mas que, ainda assim, estão notavelmente próximos em alguns dos seus objetivos fundamentais.

Quando se trata de construir comunidade, como disse Eliane, a possibilidade de nos encontrarmos e de universalizarmos é absolutamente crucial.

Quero agradecer às duas pessoas que ouvimos ao longo desta mesa-redonda e agradecer também a todas as pessoas que nos ouviram.

